



Trindade Coelho

LIGA NACIONAL DE INSTRUÇÃO

ARQUIVO DOS SEUS TRABALHOS

Série I—N.º 2

Abril a Junho de 1915

SUMÁRIO

Trindade Coelho, iniciador da Liga Nacional de Instrução e apóstolo da educação popular.

Representação ao Ex.^{mo} Ministro de Instrução.

Apêlo da Liga às colónias portuguesas no estrangeiro.

Extracto das actas das reuniões da direcção da Liga.

O ensino doméstico em Portugal.

Escola de aprendizagem e oficinas para aleijados em Charleroi.

O que convém não esquecer.

O ensino dos trabalhos manuais educativos em Portugal.

Cursos subsidiados pela Liga.

Publicações recebidas.

TRINDADE COELHO, iniciador da Liga Nacional de Instrução e apóstolo da educação popular

No 1.º número d'este *Arquivo* reproduziu-se uma ligeira biografia, que eu escrevera, do primeiro presidente da Liga Nacional de Instrução, o insigne professor Z. Consiglieri Pedroso. Neste 2.º número impuseram-me a dolorosa tarefa de traçar um breve esboço da obra educativa do iniciador da mesma Liga, o malgrado e querido escritor J. F. Trindade Coelho.

Ambos êles foram zelosos e dedicados apóstolos da instrução popular, consagrando a essa causa grande parte da sua nobre e lúcida actividade, e por isso ambos abraçaram com entusiasmo a criação e a propaganda duma Liga contra a ignorância do povo português. Mas a Trindade Coelho é que verdadeiramente se deve a idea inicial e os trabalhos preliminares para a fundação dessa Instituição.

No seu belo e último livro, *Manual político do cidadão português*, o próprio autor nos conta os inícios d'esse projecto e os primeiros passos que deu para o realizar.

Na 1.^a edição, publicada em 1906, escreveu (p. 249): «Para grandes males, grandes remédios. Uma Liga de Ensino é indispensável, e facilímo de fundar e desenvolver com o concurso das associações de imprensa e de todos os jornais do país. Com uma decidida boa vontade, e levando os Governos a estabelecer um conjunto harmónico de providências — dirigidas todas, inflexivelmente, à extinção do analfabetismo, em dez ou quinze anos duma acção persistente e bem orientada, auxiliada pela iniciativa particular dos indivíduos e das associações, o analfabetismo estaria extinto».

Na 2.^a edição, que saiu em Fevereiro de 1908, confessa (p. 153) que «o mais vivo dos seus desejos é a criação duma Liga de Ensino, milícia nacional do ensino leigo, progressista e liberal, à semelhança da que João Macé fundou em França, nos principios de 1865, e se propagou pelo mundo inteiro».

E como então, em 1908, *o seu vivo desejo* já era uma realidade, dá-nos conta dos processos seguidos para a sua realização, velando quanto possível a sua obra pessoal, não escrevendo o seu nome por extenso, mas apenas as iniciais. «A Liga Nacional de Instrução (diz êle na *Nota* da p. 154) foi aventada na Associação dos Jornalistas de Lisboa por T. C., que na assemblea geral de 20 de Maio de 1906 propôs uma reforma nos estatutos, visando a tornar possível a criação da *Liga* e a sua integração no organismo daquela colectividade. A assemblea geral apoiou calorosamente a idea; o autor da proposta fez o projecto da reforma dos estatutos, e aprovada a reforma pelo Governo, a direcção criou a *Liga Nacional de Instrução*, em sessão de 10 de Março de 1907». E para occultar a grandeza da iniciativa que lhe era devida, declara aí mesmo quem foram os seus cooperadores, rendendo-lhes os maiores elogios.

Mas a criação desta Liga não era mais que uma nova manifestação da sua actividade a favor da instrução popular, porque desde há bastantes anos êle vinha tentando diversos meios de levar até ao povo conhecimentos de utilidade económica e educativa.

Para isso iniciara, em tempos, uma série de livrinhos a que deu o titulo de *Folhetos para o povo*, entre os quais se destacam a *Parábola dos sete vimes*, *Remédio contra a usura* e *Cartilha do povo*. Esta publicação faz lembrar outra de Z. Consiglieri Pedroso, intitulada *Propaganda democrática, publicação quinzenal para o povo*. Até nisto se pareceram estes dois amigos das classes populares.

Notando, porém, que estava escrevendo para um povo que não sabia lêr, resolveu tratar quanto antes de encontrar maneira de tornar o alfabeto mais acessível e querido aos ignorantes. Com êsse fim compôs o seu *ABC do povo*, novo método de leitura para as escolas.

As ideas que o guiaram na composição dêsse método expõe-nas em a *Nota* final dêsse livrinho. «Compreende-se (escreve êle) quanto o problema de ensinar a ler é delicado, e quanto convêm, por isso, torná-lo o mais possível interessante, e não há maneira de o tornar interessante para quem aprende, e principalmente para as crianças, senão arredando dêle tudo quanto a criança não percebe, e tornando-o accessóriamente pitoresco ou melhor (deixem-me dizer a

palavra porque ela exprime todo o meu pensamento) divertido! Ensinar a criança divertindo-a, e divertindo-a com cousas fáceis e muito interessantes, a ela acessíveis espontâneamente, eis o que eu tentei e o que é preciso» (p. 2).

Para êsse efeito, começando por escrever ordenadamente todas as letras do alfabeto, fez preceder, cada uma, do desenho dum pequeno objecto, cujo nome desse «na primeira sílaba da palavra o valor exacto, absolutamente rigoroso, do som representado pela respectiva letra» (p. 12). Apresentadas as letras do alfabeto, juntou-as em palavras, monossilábicas ao princípio, e com elas compôs «miúdinhas e galantes frases de sentido perfeito, que procurou, quanto possível, modelar na syntaxe infantil» (p. 4). Para que o livrinho fôsse mais atraente e útil quis que todas as páginas estivessem orladas de cercaduras, «nas quais procurou resumir, entre elementos da nossa história que fôsem como a primeira comunhão no altar da pátria, e os instrumentos das nossas artes e indústrias mais favoritas e dos officios mais populares, o que constitui por assim dizer o mobiliário da leitura: o ponto; a vírgula; o ponto e vírgula; os dois pontos; o ponto de interrogação; o de admiração; o parêntesis; a risca; o asterisco; o hífen e as reticências» (p. 10) «Com todos estes subsídios e enfeites que esmaltam profusamente todas as páginas; tirados da nossa fauna e da nossa flora e ainda do mobiliário e dos utensílios caseiros, o livrinho encerra ao mesmo tempo uma engenhosa e variada «lição de cousas» — lição que, ao mesmo tempo que insinuará o *ABC* na estima e no amor das crianças, atrairá estas para a curiosidade de saber; cedo as habituará ao orgulho de serem portuguezes, e lhes dará, na figuração dos instrumentos das nossas indústrias, das nossas artes e dos nossos officios, o amor da terra e do trabalho» (p. 11).

Foram estas as ideas do autor na composição do seu método, e não há dúvida que são estas também as dos melhores pedagogos modernos que aproveitam as gravuras para a mnemónica das letras, para a lição de cousas e para o pitoresco e divertido do ensino, e iniciam a aprendizagem da leitura pela palavra viva e completa, que tem significado, e não pela sílaba, que nada significa. Pode discutir-se se Trindade Coelho conseguiu traduzir perfeitamente o seu pensamento na execução da sua obra. E, como informa Michaelis de Vasconcelos no *Prólogo das Cartas e autobiografia* de Trindade Coelho, êle mesmo reconheceu, entre outras cousas «que era preciso graduar mais e melhor os *exercícios* iniciais procedendo por partes» (p. XXI). Esta falta de gradação nos exercícos iniciais é talvez o defeito mais sensível do seu método. Os melhores pedagogos costumam estabelecer séries de palavras, em cada uma das quais vai gradualmente aparecendo uma só e nova consoante, ao passo que no primeiro exercíco do *ABC do povo* entram logo quási todas as consoantes em palavrinhas monossilábicas. É provável que, se vivesse, nas futuras edições modificasse êste e outros pontos que já conhecia defeituosos, produzindo um sistema mais perfeito e fácil de adaptar às escolas, porque nestas cousas a experiência ensina muito aos próprios autores.

O que, porém, se não pode atribuir a Trindade Coelho, como alguém pretendeu insinuar ao aparecer o método, é o espírito de ganância ou o desejo dum monopólio para o seu livro.

Ele, se tivesse fortuna, desejava até reproduzi-lo de graça em futuras edições; entretanto desde já e sempre o mandava de graça para o distrito de Bragança, que era o seu e o mais pobre do país; e o resto vendia-o a 5 centavos para o poder reproduzir, como ele diz na *Nota ao ABC do povo* (p. 16). E não eram êsses 5 centavos que podiam dar grandes lucros num livro composto em excelente papel e com primorosas gravuras coloridas.

Com respeito a monopólios de métodos de leitura era absolutamente contrário a êles, seguindo os bons princípios pedagógicos e sociais; por isso escreveu na imprensa a um seu contendor: «Sob a minha palavra de honra declaro a V. Ex.^a que tenho dito sempre (e até em cartas a professores) que eu próprio defenderia a liberdade de métodos até *contra o ABC do povo!* Nesse particular entendendo que toda a liberdade é pouca para o professor, e que só êle, êle só, deve ser juiz em semelhante matéria.» (*Cartas*, p. 187).

Apesar, porém, das insinuações malévolas lançadas contra êle por causa do seu método, não desanimou na faina de escrever para as crianças, publicando três *Livros de leitura*, respectivamente para as três classes de instrução primária que se seguem à da aprendizagem das primeiras letras. Estes livros, na opinião de Michaelis de Vasconcelos, constituem «um corpo inteiro, orgânico, de lições de cousas, factos, fenómenos naturais, tam bem encadeados, com definições tam desafeitadas e tam bem ilustradas que se explicam por si» (*Prólogo das Cartas*, p. XXII).

Uma cousa me agrada imenso nesses livros de Trindade Coelho: é chamar-se constantemente a atenção dos leitores para os trabalhos do campo e para as indústrias caseiras e regionais; o que julgo utilíssimo, principalmente num país com tendência desmarcada para o bacharelato e para a burocracia.

Mas estes *Livros de leitura* de Trindade Coelho ao princípio não foram admitidos oficialmente nas escolas primárias, sob pretexto dum regulamento tolo a que tais obras tinham de se sujeitar. Só posteriormente tiveram entrada nas aulas por efeito da revisão da primeira sentença condenatória, contra a qual êle teve de escrever uma *Exposição* bastante veemente, dirigida ao Conselho Superior de Instrução Pública, contra os seus condenadores.

Mas os desgostos recebidos no campo oficial não o desviaram da cruzada de instruir o povo, apenas fizeram que lançasse os olhos para o campo livre da iniciativa particular, e por isso escreveu o *Manual político do cidadão português*, dirigido directamente não às crianças das escolas primárias, mas às *Gerações novas de Portugal, esperança da renovação da Pátria pela educação e pela instrução*. E era nessas gerações novas que êle confiava para, por meio da Liga Nacional de Instrução, que êle iniciara e doutras instituições congêneres, se fazer a renovação da Pátria Portuguesa, como êle confessa na 2.^a edição desse livro (p. 154): «Bem receberiam da Pátria tantos estudantes dos nossos cursos superiores,

se em pequenas palestras nas suas vilas e aldeias, nas cidades das nossas províncias, porfiassem nessa cruzada e se a imprensa pela sua união, lançasse as bases e o início, que sem dúvida seriam seguras, duma Liga Nacional de Ensino».

Em toda a obra pedagógica e educativa de Trindade Coelho (pois é só dessa que se trata neste *Arquivo*) sente-se bem quanto o seu coração era bondoso e sensível à ignorância e à miséria do pobre povo, o que está perfeitamente de acôrdo com o que êle confessa de si mesmo na sua *Autobiografia*: «o meu maior e mais vivo prazer seria o remediar todos os necessitados» (p. 84).

E de facto na sua vida encontram-se com freqüência acções que mostram quam sincero era êste seu sentimento. Basta lembrar-mo-nos dos esforços e trabalhos que empregou durante mais de um ano para salvar da cadeia e da desgraça um pobre inocente, Manuel Barradas, que fôra achar, quando delegado em Portalegre, prêso e já condenado por assassino e ladrão. E no último ano da sua vida, sabendo que um pobre empregado do Club Trasmontano, que freqüentava assiduamente, estava retido em casa por doença, foi visitá-lo a um quinto andar, onde morava, e, vendo-o na miséria, deixou-lhe dissimuladamente sôbre a mesa todo o dinheiro que levava e à noite fez um caloroso apêlo aos sócios do Club obtendo que a direcção lhe enviasse integralmente os seus ordenados, e quando viu que tinha conseguido aquele benefício para aquele desgraçado, as lágrimas rebentaram-lhe espontânea e comovidamente diante de todos os presentes. Um dêstes era o Sr. Sebastião Vieira e Silva, amicíssimo de Trindade Coelho e trasmontano como êle, que mo contou.

Em Trindade Coelho havia realmente o aspecto dum trasmontano, às vezes áspero e rude à primeira abordagem, mas encobrendo um coração cheio de bondade, de ternura e de sacrificio pelos miseráveis.

Trindade Coelho tinha um coração dêstes e julgava erradamente que os outros o teriam também assim. Foi talvez essa crença, e a confiança demasiada no coração dos outros, que lhe abreviou a vida e o fez sair dela descontente e finalmente desiludido. As crianças e ao povo deve fazer-se conhecido o nome dum homem que tanto os amou e por êles tanto trabalhou.

M. Borges Grainha.

Representação ao Sr. Ministro de Instrução

A Liga de Instrução, tendo por várias vezes, ao cumprimentar S. Ex.^{as}, solicitado verbalmente dos Srs. Ministros o auxilio official de que carece e de que pelo seu passado e trabalhos se julga credora, em comparação com associações congêneres, como nada até

agora tenha conseguido, e desejosa de entrar numa fase de actividade e de realizações práticas, entregou no Ministério de Instrução o seguinte requerimento:

Ex.^{no} Sr. Ministro de Instrução Pública.—A Liga Nacional de Instrução, fundada em 1907, tem contribuído, quanto lhe tem sido possível, dentro das suas fôrças, para o desenvolvimento da instrução e educação do povo português.

Logo no mesmo ano da sua fundação iniciou a festa da árvore, celebrada pelas crianças das escolas nas praças e vias públicas com tal entusiasmo e encanto que hoje quasi se tornou uma festa nacional, por meio da grande divulgação do jornal o *Século* e do *Século Agrícola* e da Associação do Culto da Árvore.

No ano seguinte começou com a celebração de congressos de instrução primária, tendo já havido quatro, dos quais resultou grande progresso para o ensino popular, porquanto foi por meio dêles que se desenvolveu nas escolas primárias o canto coral e o estabelecimento de cantinas e balneários que até então não havia.

Êste ano, para colaborar com a Liga Popular contra o analfabetismo, estabelecemos ao lado dos cursos de analfabetos desta instituição seis cursos de aperfeiçoamento para facilitar e ampliar o ensino daqueles.

Mas desde o principio a Liga Nacional de Instrução teve em mira a fundação duma escola integral, onde pudesse pôr em execução as suas ideas pedagógicas. Para êsse fim já a Câmara Municipal de Lisboa se dignou conceder-nos terreno suficientemente amplo e arejado. Em virtude, porém, da movimentação social dos últimos anos, não pudemos obter de patricios nossos residentes no Brasil os auxílios pecuniários com que já contávamos, por iniciativa do nosso saúdoso presidente, Consiglieri Pedroso.

O Estado até agora ainda não nos concedeu verba alguma para êste nosso intento. Por isso a obra está paralisada.

Por todos estes motivos pedimos a V. Ex.^a, Sr. Ministro de Instrução Pública, cujo nome é bem conhecido no país como um devotado amigo da instrução do povo, que se digne introduzir no orçamento do seu Ministério uma verba em favor da nossa instituição, como nele tem sido designadas verbas para instituições congêneres.

Ao alto critério de V. Ex.^a deixamos a indicação da verba com que nos poderá auxiliar, lembrando nós que a quantia de 3.000\$ anuais até conclusão da obra faria com que ela progredisse rapidamente.

A Liga Nacional de Instrução espera que V. Ex.^a se dignará deferir êste nosso pedido e que poderemos considerar V. Ex.^a como um dos melhores e mais nobres auxiliares da nossa obra, a cujo inicio V. Ex.^a presidiu.

Saúde e Fraternidade.

Lisboa, 3 de Junho de 1915.—A Direcção: Bernardino Machado—Adelino Furtado—C. Marques Leitão—S. Vieira e Silva—M. Borges Grainha—A. Lemos.

Apêlo da Liga às colónias portuguesas no estrangeiro

Em 1913, a Liga de Instrução vendo escassearem-lhe os meios, principalmente pela crescente saída de sócios e pela falta de auxílio do Estado, e não querendo desistir do seu antigo projecto de construir a sua sede e escola integral, lembrou-se de se dirigir aos principais núcleos de portugueses residentes no estrangeiro por intermédio dos cônsules de Portugal.

Apesar de ser um meio já muito explorado de obter fundos para obras, principalmente de beneficência, na Mãe-Pátria, de que talvez se tenha abusado, não hesitámos em recorrer a êle pela consciência que temos da sinceridade do nosso trabalho e por sabermos que nos dirigimos a colónias que vivem em geral desafogadamente e constituídas por individuos que se fizeram pelo seu esforço e constância no trabalho e que, melhor que ninguém, podem avaliar quam poderosa alavanca é a obra da instrução na luta da vida. As distâncias afervoram o patriotismo, e deseja-se então do fundo da alma vêr mais felizes as terras e irmãos que estimamos.

Os que lutam no estrangeiro, em concorrência com filhos doutros povos mais bem preparados para triunfar, sentem certamente todo o valor da instrução e que, se o Estado não comprehende, ou finge não comprehender, a sua clara missão perante o problema instrutivo educativo, cabe ao povo trabalhar por si, mas o povo representado pelos, infelizmente ainda poucos, que possam medir o verdadeiro alcance dêsse magno problema.

Dirigiu-se, pois, neste sentido uma circular aos nossos agentes consulares, que a seguir publicamos, bem como algumas das respostas que obtivemos e é conveniente fiquem registadas.

Circular dirigida aos agentes consulares

Ex.^{mo} Sr.—A Direcção da Liga Nacional de Instrução, na obra patriótica que se impôs, tem-se dedicado com o maior empenho a realizá-la, cumprindo assim a missão estatutária que lhe foi incumbida. Grandes são os encargos, imensa é a luta de propaganda e, alentando-se com a generosidade de muitos, todas as parcelas são poucas para cumprir o seu ideal.

Cedido um terreno pela Câmara Municipal de Lisboa para edificar a nossa casa, a escola primária tipo, a escola modelo, concorrendo assim com salutar conselho para que o nosso exemplo seja seguido, moldando nas normas que a moderna pedagogia indica tudo que possa concorrer para a perfeita realização do nosso fim, o nosso objectivo tem sido dirigido nesse sentido e muito se tem alcançado com a dedicação de alguns patriotas.

Mas a obra é grande, nela resumimos todo o nosso esforço, e belo será o dia em que a Liga Nacional de Instrução possa ofe-

recer ao país êsse monumento, que abrigue todo o sentir da alma nacional, todo o carinho, imensamente grande, que desejamos ofertar a nossos filhos, e assim denominamos os que desejamos arrancar às trevas da ignorância dando-lhes a luz do saber, o encanto da vida culta, a educação sob todos os aspectos, que nos assegurem no futuro homens dignos e úteis.

Ao nosso apêlo vem de toda a parte o mais valioso concurso, mas não está no nosso sentir esquecer os nossos queridos irmãos que residem na grande República — os Estados Unidos da América do Sul — e aliá-los à nossa obra patriótica tem para nós uma significação que só sabem dizê-la os que compreendem as harmonias da nossa língua, só sabe apreciá-la o que não souber esquecer a Pátria Portuguesa.

Ex.^{mo} Sr. : A Direcção da Liga Nacional de Instrução disse já o preciso para V. Ex.^a compreender o nosso fim, e desejando aliar à nossa obra educativa os nomes dos nossos queridos compatriotas, entregamos à deliberação de V. Ex.^a o que julgar mais conveniente fazer para que junto a V. Ex.^a se agremiem os nossos irmãos, auxiliando a nossa emprêsa com seus generosos donativos, registando com o maior respeito e reconhecimento tudo que V. Ex.^a possa fazer a bem da obra educativa em que nos empenhamos, à qual damos todo o nosso carinho, todo o nosso amor de verdadeiros portugueses e de sinceros patriotas.

Aguardando a resposta de V. Ex.^a, certificamos com a mais distinta consideração os protestos do maior reconhecimento.

Saúde e Fraternidade.

A Direcção.

Respostas

Consulado de Portugal. — San Francisco, Califórnia. — 8 de Fevereiro de 1913. — Ex.^{mo} Sr. — Tenho a honra de acusar a recepção da comunicação que a Direcção da Liga Nacional de Instrução se dignou dirigir-me, com data de 31 de Dezembro último, e sobre o assunto dela cumpre-me informar V. Ex.^a que ainda há muito pouco tempo se conseguiu, com grande dificuldade, organizar uma escola portuguesa na cidade de Oakland, e que, infelizmente, são muito escassos os recursos de que a escola dispõe.

A generosidade da colónia com muito pouco tem concorrido para sustentar essa instituição, que tantos benefícios poderá prestar a indivíduos que tem por único defeito a falta de instrução.

Se não fôsse o concurso de duas grandes sociedades portuguesas, nada se teria conseguido, apesar de ser ainda diminuta a quantia que destinaram a êsse fim.

Não sendo a generosidade qualidade predominante da colónia portuguesa na Califórnia, o resultado de qualquer subscrição que esta chancelaria possa iniciar não será animador. Experiências anteriores aconselham-me a prestar a V. Ex.^a esta informação antecipada.

Em Março do ano passado teve esta chancelaria aberta uma subscrição, durante três meses, a favor da Liga Nacional de Instrução da Horta, e, apesar da colónia portuguesa ser quasi exclusivamente composta de açorianos, o produto da subscrição montou apenas a 15 dólares, dos quais subscrevi com 10.

Presentemente encontram-se nesta chancelaria pedidos para donativos a diversas instituições portuguesas, mas infelizmente o resultado é nulo.

A colónia portuguesa residente nesta cidade é muito diminuta; o grosso da colónia acha-se disperso por todo este vastissimo distrito consular, em resultado dos trabalhos de agricultura a que se dedica.

No entanto, se V. Ex.^a desejar que esta chancelaria promova uma subscrição a favor da Liga Nacional de Instrução, rogo a V. Ex.^a de solicitar do Ministério dos Negócios Estrangeiros que me seja enviada a devida autorização, visto pelo regulamento consular vigente ser proibido aos funcionários consulares promover ou patrocinar subscrições a favor de institutos ou associações estabelecidas em território português sem autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Com o emprêgo de todos os meus esforços pode V. Ex.^a contar. Saúde e Fraternidade.— *Simão Lopes Ferreira*, cônsul.

Consulado Geral de Portugal em Nova York.— Nova York, 8 de Fevereiro de 1913.— Liga Nacional de Instrução, Lisboa.— Ex.^{mos} Srs.— Tenho a honra de acusar a receção do officio de V. Ex.^{as}, sobre a instalação duma escola modelo para instrução primaria, e em resposta cabe-me dizer a V. Ex.^{as} que tomei o assunto na mais alta consideração, envidando todos os esforços para colhêr, de entre a colónia portuguesa aqui, alguns donativos em favor da benemérita instituição da Liga Nacional de Instrução, que V. Ex.^{as} tam dignamente dirigem.

Como a colónia portuguesa em Nova York é pouco numerosa e pouco próspera, e na quasi totalidade composta de marítimos, não podemos esperar que os donativos venham a ser grandes, podendo sómente ter uma esperança de abnegação patriótica dos cidadãos portugueses que aqui vivem à custa das bagas de suor que lhes rolam da face, pois que confio que é grande a ânsia que lhes vai na alma pela prosperidade da Pátria.

Noutros Estados onde a colónia é numerosa, como nos de Nova England cujo centro consular é Boston e na Califórnia onde a colónia é composta na sua maioria de lavradores que vivem na prosperidade, pode talvez essa benemérita instituição colhêr melhores resultados.

Eu tenho grande esperança que o elevado empreendimento a que V. Ex.^{as} meteram ombros, por assim dizer na aceção moral, com alma de atletas e de benemerência a um tempo, será coroado do melhor êxito, para honra do País perante as nações cultas, e para glória dos que lutam compenetrados de aspirações sublimes, como V. Ex.^{as}, para o desenvolvimento intelectual dum povo como o

nosso, que às suas acentuadas faculdades de trabalho reúne uma moral e uma energia indizíveis, que são notadas nos países estrangeiros e elogiadas pela sua imprensa, o que é realmente honroso para nós.

Ainda não há muitos meses enviei à Sociedade de Geografia um jornal ilustrado que se publica em Filadélfia, *The Saturday Evening Post*, que num extenso artigo que lá vem publicado bem afirma o que acabo de dizer a V. Ex.^{as}

No entretanto, do resultado das minhas diligências sobre assuntô darei detalhada conta a V. Ex.^{as}

Saúde e Fraternidade.

Consulado de Portugal.—Pernambuco, 22 de Fevereiro de 1913.—Ex.^{mo} Sr. Director da Liga Nacional de Instrução.—Acusando a recepção do pedido e apêlo que fizésteis por meu intermédio à colónia portuguesa aqui residente, é-me grato comunicar-vos que, devido à minha iniciativa, está aberta uma subscrição que promete ser digna dos nossos desejos, como podeis calcular pelos recortes dos jornais que vos remeto inclusos.

Em tempo oportuno informarei qual a importância que vos será entregue por intermédio do Directório do Partido Republicano.

Saúde e Fraternidade.—*Ribeiro de Melo*, cônsul.

Do jornal *Provincia*:

Recife, 16 de Fevereiro de 1913.—O bom acolhimento que entre os meus compatriotas teve a idea duma subscrição para auxiliar algumas iniciativas úteis que se propõem trabalhar afincadamente no ressurgimento na nossa querida Pátria, dotando o exército nacional, de tam nobres e gloriosas tradições, dos mais modernos e aperfeiçoados aparelhos militares, criando escolas para derramar a instrução nas classes incultas, e protegendo com obras de beneficência os necessitados, leva-me a publicar semanalmente nestas colunas as importâncias que todos os bons portugueses se dignarem enviar-me em resposta ao apêlo que fiz pela imprensa à colónia, em 8 do corrente.

Saüdando a colónia, e agradecendo aos beneméritos subscritores já inseritos na lista que se segue, apelo novamente para o patriotismo de todos os meus compatriotas.—*Ribeiro de Melo*, cônsul.

Subscrição patriótica:

Ribeiro de Melo	200\$000
Adelino de Carvalho	50\$000
Serafim Loureiro	10\$000
António Gouveia da Silva, vice-consul na Granja	50\$000
Paulo Chaves de Timbauba	50\$000
Joaquim F. do Monte	10\$000
José Azevedo dos Santos	1.000\$000
António Azevedo dos Santos	1.000\$000
Réis.	<u>2.370\$000</u>

Do jornal *República*:

Recife, 13 de Fevereiro de 1913.—Muitos tem sido os pedidos de auxílio que êste consulado tem recebido para coadjuvar a obra de ressurreição do nosso querido Portugal, e se hoje, sómente, venho cumprir o dever, aliás justo e perfeito das obrigações e deveres morais do patriotismo, apelando para a cooperação da próspera e honrada colónia, para todos os cidadãos brasileiros descendentes dos filhos da velha Lusitânia e bem assim de todos os que sentem affecto e orgulho pela raça irmã, genuinamente lhana, sincera e altruísta, é porque aguardava o momento em que o Governo do país provasse à evidência o seu verdadeiro e inconfundível desejo de reabilitar a pátria esmorecida e gasta.

Agora a ninguém é lícito duvidar que o actual Governo Português, no cumprimento fiel das leis do país, aplica justiceiramente as medidas salvadoras da ruína de Portugal, levando e erguendo-o à prosperidade e pujança que todos nós desejamos, republicanos, monárquicos, independentes, filhos de portugueses (porque, em resumo, acima de tudo somos sinceros portugueses), ou ainda amigos e admiradores da raça comum.

E se ora ao leme da barca da administração pública está quem alia ao seu apreciável e exemplar amor cívico a fôrça de trabalho e um coeficiente de intelligência necessários para nos garantir a integridade e defesa da pátria estremecidamente adorada, todos nós devemos ter fé e esperança no ressurgimento bem próximo do velho e valoroso Portugal.

Não sou eu dos que se convenceram que os portugueses residentes no Brasil obliteraram os sentimentos pátrios, que se tenham votado à indesculpável reserva e resguardo perante o que significa progresso, fôrça, economia, benefícios e melhoramentos da nossa terra, daquela terra onde vivem os nossos pais, irmãos, noivas, parentes, amigos, conhecidos e companheiros da jamais olvidada infância; onde está o torrão que nos sentiu os primeiros passos, os gritos da mocidade irrequieta e traquina; onde estão todas as recordações do passado, que tanto são a alma e vida do presente, como o alento para as canceiras, lutas e incertezas do trabalho futuro.

Êste meu brado patriota é tam sincero e vivo, como maviosas são as badaladas dos sinos das nossas típicas aldeias, que se perdem em ecos pelos vales numa tristeza consoladora, até alcançarem os espíritos dos que arroteiam a terra que nos alimentou com o carinho de pobres mães.

E se então, na confusão e alvorôço das brincadeiras infantis, escutastes aquele toque saúdoso, acolhendô-o com entusiasmo e respeito, tenho, por isso, o direito de esperar que hoje, homens de trabalho, de experiência e de educação, haveis de escutar também a voz dolorida, mas altaneira da pátria, que as iniciativas particulares e oficiais me encarregam de vos chamar a colaborar com um «pouco» de cada, para reunirmos o «muito» que se precisa para coroar tam belas manifestações do seu altruísmo.

Pedindo-vos o vosso apoio, reconheço que desempenhei o meu dever de português e de cidadão democrático.

A vós cumpre prestar-me o auxílio que me pedem: a Liga Nacional de Instrução, com sede provisória na Sociedade de Geografia, para edificar a «Escola primária modelo» que a alma do povo de hoje deseja ofertar ao país, para os seus filhos receberem a instrução espiritual, arrancando-os às trevas da ignorância, dando-lhes a luz do saber, o encanto da vida culta, a educação sob todos os aspectos que nos assegurem no futuro homens dignos e úteis; a Sociedade de Instrução Militar Preparatória, destinada a uma grandiosa missão no futuro de Portugal, preparando militarmente as crianças escolares, obra patriótica e benemérita, cuja criação se deve à classe dos empregados de comércio e operários; e finalmente para aquisição de aeroplanos e de material naval e terrestre, que serão a guarda e sentinela vigilantes do que ali temos de mais caro e sagrado.

Se fôr compreendido e ouvido, peço a todos que quiserem prestar-lhes o seu auxílio pecuniário, que remetam a êste consulado, rua do Imperador, 22, 2.^o andar, qualquer quantia, por mais insignificante que seja, pois todos terão jús ao agradecimento da pátria.

Viva a Pátria! — *Ribeiro de Melo*, cônsul.

Cantagalo, 27 de Fevereiro de 1913. — Ilustrados Srs. Directores da Liga Nacional de Instrução. — Ex.^{mos} Srs. — Tive o maior empenho em obter alguns donativos para a obra patriótica da instrução primária, tipo, a que V. Ex.^{as} se dedicam, na forma da exposição que se dignaram remeter-me, datada de 31 de Dezembro último e os respectivos estatutos, mas foram improficuos os meus esforços. Êste Municipio que foi tam rico, está actualmente paupérrimo; (são os desgraçados efeitos da perniciosa política, êsse flagelo superior a todos os flagelos reünidos, que destrói a familia e extermina as nações); todos lutamos com sérias dificuldades; há também aqui a mesma carência de instrução e a falta de pecúlio para edificar escolas, mesmo rotineiras; não é, pois, possível dar aos outros aquilo que não temos para nós, isto é, dinheiro.

Com a minha mais distinta consideração e aprêço.

Saúde e Fraternidade. — *António de Medeiros Carvalho*.

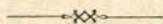
Vice-Consulado de Portugal em Campos, 24 de Março de 1913. — Ex.^{mos} Srs. Directores da Liga Nacional de Instrução, em Lisboa. — Respondendo ao officio que V. Ex.^{as} me dirigiram com data de 1 de Fevereiro último, aqui recebido a 6 do corrente, incluso remeto a V. Ex.^{as} uma letra de câmbio, pagável em Lisboa pelo agente do Banco Comercial do Pôrto, do valor de 10\$, moeda portuguesa, que ofereço à Liga Nacional de Instrução, em Lisboa, e faço votos para que essa Liga tenha o melhor êxito na sua nobilíssima missão.

Saúde e Fraternidade. — *Eustáquio Adolfo Cavalheiro*, vice-cônsul.

Vice-Consulado da República Portuguesa em Uruguaiana, 21 de Março de 1913.—A ilustre Direcção da Liga Nacional de Instrução.—Rua de Santo Antão, Lisboa.—Em resposta ao vosso bem redigido officio do 1.º do mês findo, cumpre-me dizer-vos, com a franqueza que me é habitual, que lamento do coração que, em plena luz do sol republicano, continuem os meus patrióticos a prática revoltante do longo e desastroso período da monarquia, de irem a países estrangeiros pedir auxílio a seus compatriotas, para realizar emprêsas que idealizaram em proveito exclusivo de sua região, e que tudo as comissões obtinham pelo preço aviltante de comendas e baronatos.

Condeno essa prática porque, para admiti-la, seria o mesmo que pensar melhorar as condições do meu estabelecimento industrial e comercial contando com o humilhante e vergonhoso auxílio do meu mais próximo vizinho; seria o mesmo que um intendente municipal, no intuito de levar avante uma bela idea municipalista, implorasse socorro do seu colega no vizinho município; seria o mesmo que o mais patriótico govêrno, para ostentar o esplendor de grandeza de sua Pátria, recorresse ao generoso óbulo dum país estrangeiro! Não, meus Senhores, não vos acompanho por êsse caminho, nem hesito um momento em negar-vos peremptóriamente os meus aplausos e o meu apoio material, e isto porque só devemos promover o progresso de nossa casa, da nossa região ou da nossa Pátria, contando com a inteligente actividade própria, a honestidade administrativa, e o estímulo do sentimento e engrandecimento nacional: Roma não se fez num dia, é preciso avançar de pouco a pouco, mas com firmeza e independência. A instrução e a sciência não tem pátria. Aqui também temos emprêsas de instrução, onde nossos filhos e descendentes vão receber a luz intellectual que há-de guiá-los e protegê-los na estrada da vida: quere isto dizer que nos *cumpro* ampará-las, moral e materialmente.

Saúde e Fraternidade. — *A. J. Oliveira Homoeopata.*



Extracto das actas das reuniões da Direcção da Liga

(Desde Abril de 1915)

A Direcção da Liga reúne ordinariamente todas as sextas-feiras.

Acta n.º 126 (9 de Abril de 1915).—Em vista de ter cessado o curso que funcionava no Centro Henriques Nogueira, foi resolvido transferir o subsidio que lhe era destinado para o Núcleo de Instrução «Lux», que havia solicitado em 17 de Março o auxilio da Liga para manutenção dum curso de aperfeiçoamento na sua sede.

Recebidos iguais pedidos do Centro Escolar Republicano 5 de Outubro e Núcleo de Alcáçovas, em 23 de Março, viu-se que não

podiam ser satisfeitos, visto haver-se esgotado a verba destinada a esse fim.

O Sr. Marques Leitão, oferecendo exemplares da publicação *Iniciação geométrica*, fez várias considerações sobre o ensino da geometria na instrução primária, suas relações com os trabalhos manuais e sua importância no ensino normal, modo mais prático de orientar tam interessante estudo.

Abeirando-se o assunto da publicação das canções escolares, considerando-se o atraso em que estava esse trabalho e os muitos afazeres profissionais do director que tomara sobre si o encargo de o dirigir, propôs o Sr. Vieira e Silva que talvez o Sr. Tomás Borba, como autor de grande número de músicas, pudesse auxiliar-nos na revisão e publicação das ditas canções.

O Sr. Marques Leitão lembra a conveniência de se fazer a edição convenientemente ilustrada.

Acta n.º 127.— Foi comunicado que haviam sido feitas três palestras educativas com projecções, duas pelo Sr. Dr. Aníbal de Magalhães, no Centro Miguel Bombarda, sobre a «Digestão e o aparelho digestivo», e Núcleo de Instrução «Lux» sobre a «Alimentação» outra pelo Sr. Alvaro Lemos, na Federação Operária, sobre «Moçambique».

Atendendo-se à dificuldade de obter os dispositivos para projecções, resolveu-se entrar em relações com associações congêneres, como a Academia de Estudos Livres e Universidade Livre, para um serviço regular e mútuo de trocas de *clichés*.

O Sr. Dr. Magalhães lembra a conveniência de, ao terminar o ano lectivo nos cursos que a Liga subsidia, se fazer um pequeno exame aos alunos, passando-lhes o respectivo documento.

Acta n.º 128 (30 de Abril de 1915).— O Sr. Grainha dá conta do estado dos trabalhos para a impressão das canções e de que, por indicação do Sr. Borba, se ia pedir um orçamento para uma casa de Braga que se dedica à especialidade de impressões musicais.

O Sr. Dr. Magalhães lembrando que o prazo para edificar a casa da Liga no terreno que a Liga possui está passando, sem que se veja meio de se poder conseguir aquela edificação, propõe que se procure o Sr. Ministro de Instrução Pública e se lhe apresente a ideia sugerida numa conversa que tivera com o Sr. Dr. Costa Ferreira, de se fazer a edificação por conta do Ministério do Fomento, à semelhança do que foi feito com a Sociedade das Cozinhas Económicas.

Foi proposto para sócio o Sr. capitão Fernando de Albuquerque.

Acta n.º 129 (7 de Maio de 1915).— Trocaram-se impressões sobre a reunião efectuada em casa do Sr. Presidente da Liga, Sr. Dr. Bernardino Machado, a convite de S. Ex.^a e a que só compareceram alguns membros da Direcção, bem como sobre a entrevista da mesma Direcção com o Sr. Ministro de Instrução Pública.

Assentou-se sobre o formato, capa e texto da publicação trimes-

tral *Arquivo da Liga*, original e gravuras a incluir no primeiro número.

O Sr. Marques Leitão comunica as boas disposições da comissão executiva da Assistência Nacional aos Tuberculosos em se trabalhar de acôrdo com a Liga de Instrução para se conseguir pôr a funcionar uma *escola ao ar livre* na Estrada do Lumiar, carecendo, porém, a dita comissão de que a Liga lhe forneça desde já alguns dados para base de cálculos e para projectos de edificação, material, etc.

Resolveu-se visitar os terrenos que a Assistência destina à escola para melhor se inteirar do assunto e poder responder com mais precisão e segurança.

Acta n.º 130 (21 de Maio de 1915).—Pelo Sr. Grainha foi feita uma pequena rectificação na acta anterior.

Tendo sido o terreno da Estrada do Lumiar visitado pelos Srs. Vieira e Silva, Lemos e Grainha, foram discutidos quais os mais necessários trabalhos a executar e despesas prováveis para ali se pôr a funcionar com 30 crianças uma *escola ao ar livre*.

Lembrada a conveniência que havia em a Direcção da Liga estar de posse dum desenho ou projecto para a construção da sua Casa Escola no terreno que possui, o Sr. Marques Leitão oferece para êsse fim o trabalho de prática dos alunos do curso de arquitectura da escola que dirige.

Acta n.º 131 (27 de Maio de 1915).—O Sr. Vieira e Silva comunica à Direcção que tendo-se avistado com os Srs. Drs. Bernardino Machado e João de Barros, lhes expusera os serviços da Liga e a falta de apoio que os governos da República lhe tem dispensado.

Aqueles senhores prometeram todo o seu auxílio, dizendo o Sr. Dr. João de Barros que se a Liga não tem sido servida como outras associações congéneres é porque não tem feito as suas reclamações em tempo oportuno e que jamais na sua repartição apparecera documento algum sôbre a Liga.

Em vista disto resolveu-se procurar o Sr. Ministro de Instrução Pública e apresentar-lhe junto, com um requerimento dum subsídio de 3.000\$, uma exposição dos trabalhos e aspirações da Liga.

Foi apresentado um convite telegráfico do Núcleo de Instrução de Alcáçovas para que a Direcção se fizesse representar na sua festa das flores.

Acta n.º 132 (4 de Junho de 1915).—Foi resolvido publicar-se no primeiro número do *Arquivo da Liga* vários documentos relativos aos trabalhos do Núcleo da Liga em Benguela.

Trocaram-se impressões sôbre a entrevista com o Sr. Ministro de Instrução Pública (Magalhães Lima) e procedeu-se à leitura da representação entregue ao Sr. Ministro.

Acta n.º 133 (11 de Junho de 1915).—Resolveu-se que fôsem publicados no *Arquivo da Liga* vários relatórios e respectivas foto-

grafias enviadas pela Liga ao Congresso de ensino doméstico de Gand em 1913.

Trocaram-se impressões sobre a *escola ao ar livre* e publicação das *Canções escolares*.

Acta n.º 134 (18 de Junho de 1915).— Continuou-se a tratar dos assuntos pendentes.

O ensino doméstico em Portugal

Relatórios enviados pela Liga de Instrução ao Congresso de Gand em 1913

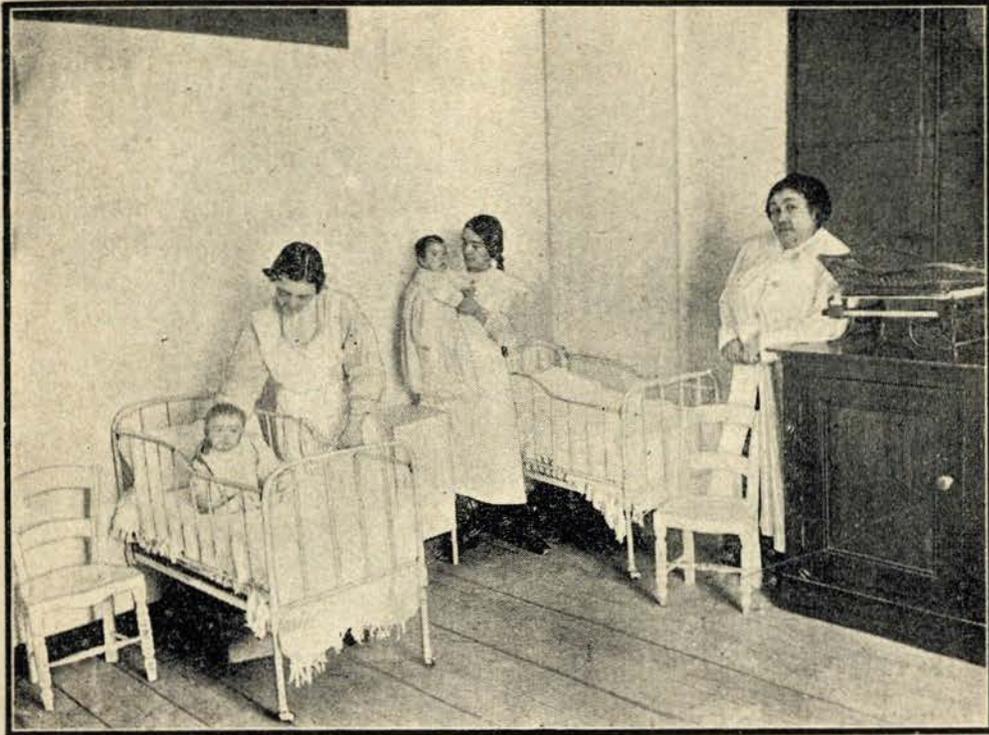
(Continuação)

Papel que o estudo da puericultura da hygiene feminina, do ensino dos primeiros cuidados em caso de acidente, e da pedagogia maternal deve desempenhar no ensino doméstico.

O papel que o estudo da puericultura representa no ensino doméstico é de tanta importância, que julgo um crime de lesa-sociedade deixar casar uma menina sem a verificação prévia de que ela se acha habilitada a cuidar da sua prole. ¿Quantas vezes a mãe não sabe ministrar a alimentação à criança, tratá-la, vesti-la, e nem mesmo conduzi-la? É esta falta de conhecimentos que origina na primeira infância verdadeiras hecatombes de inocentes, que pagam com a vida a ignorância e a *maladresse* dos progenitores, a que urge, quanto antes, pôr termo. ¿Quantas enterites e curvaturas de espinha, quantas lesões ósseas e quantas doenças infecciosas não resultam da falta de *savoir faire* da mãe, as quais, quando não matam, preparam uma existência tam precária como miserável?

No Instituto de Odivelas, onde sou médica e professora de hygiene, há uma creche com duas criancinhas para as alunas aprenderem praticamente a puericultura. Todos os dias são escaladas duas alunas para o serviço desta creche, como indica a fig. n.º 1. Uma do 3.º ano é encarregada de lavar, pesar, vestir as criancinhas e dar-lhes leite a horas marcadas. A outra, a do 2.º ano, é encarregada de ajudar a primeira, e tem a seu cargo marcar toda a roupa que entra lavada e a que sai suja no dia em que esteve de serviço. Uma e outra preenchem um boletim dos trabalhos das 24 horas em que estiverem de serviço, notando as alterações que se derem. Folgo de dizer que todas elas são duma solicitude tal, que excede a de muitas mães e mesmo a de algumas mães.

É de absoluta necessidade que a dona de casa conheça não só a hygiene que consigo tem a observar, mas também que tenha noções exactas de hygiene geral. Assim, deve saber que o aperto do espar-

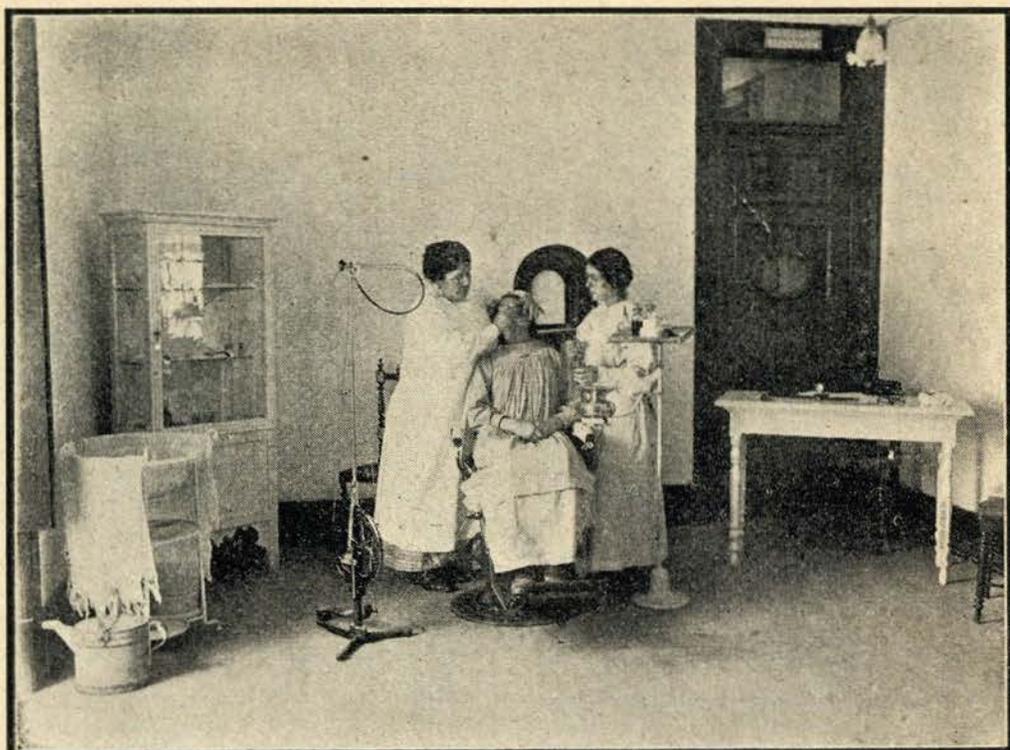


Maternidade

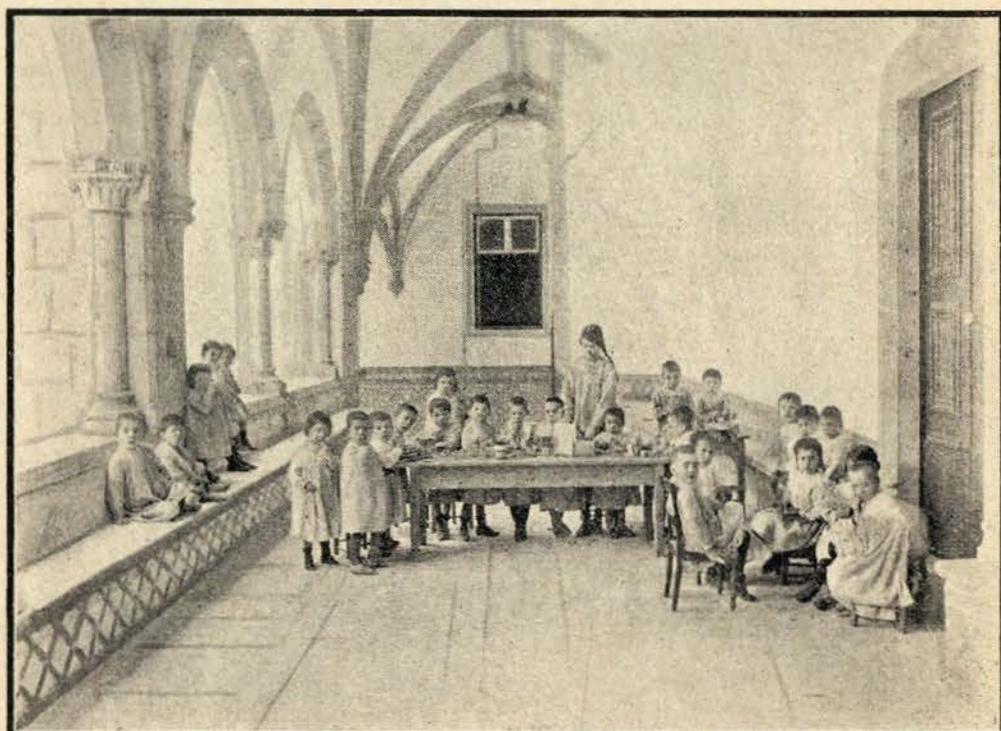


Tratamento de doentes

tilho pode trazer-lhe o atrofiamento dos órgãos que se comprimem. Os saltos à Luís XV podem produzir-lhe lesões nos órgãos da geração. Os véus densos prejudicam a vista. As peles, plumas, aves embalsa-



Clínica dentária



Escola Maternal anexa ao Instituto de Odivelas

madras, de que se faz uso como enfeite nos chapéus, podem ser causas de infecções. As caudas dos vestidos que, fazendo poeiras, arrastam em turbilhão micro-organismos, são muitas vezes os transmissores de tuberculose e doenças infecciosas.

Por isto e o mais que por brevidade se omite, salta aos olhos a necessidade de fazer da mulher um ente consciente, forte e hígido, que transmita à sua prole a clara noção dos perigos e vicissitudes que o ambiente encerra.

Arredar do seu espirito frivolidades, como a de seguir as modas, quando estas sejam anti-higiênicas e desarrazoadas, fazer-lhe abandonar rotinas condenadas pela sciência e pelo bom senso, procurar expungir-lhe do espirito prejuízos que estejam em guerra com a razão, diligenciar, em suma, torná-la tam limpa de corpo como de alma, eis o que sobretudo importa fazer.

Pelo que toca à hygiene geral importa que as alunas saibam como, quando e em que condições se deve tomar banho para que êste seja útil. Quando e como se deve arejar uma casa, quando e como



Aula de culinária

se deve estudar e ter recreio, que alimentos se deve dar de preferência conforme as necessidades e as circunstâncias, etc.

As minhas alunas aprendem tudo isto, fazendo praticamente todos os trabalhos na aula de culinária, ao mesmo tempo que indico na aula de hygiene quais os alimentos preferiveis e necessários em virtude da sua composição química.

No ensino doméstico não é só importante saber ministrár os primeiros socorros em caso de accidentes, importa também possuir noções gerais de enfermagem, pois todos sabem haver doentes que morrem devido à imprevidência e ignorância de quem os trata, embora muitas vezes êsses doentes lhe sejam muito queridos.

No mesmo Instituto todos os dias vão auxiliar, uma aluna do 3.º ano a consulta dentária, outra a consulta médica. Ali é a aluna que diariamente pratica todos os preceitos de hygiene para com a doente, os quais eu lhe explico na aula.

O papel que o estudo da pedagogia maternal é destinado a representar no ensino doméstico é de tamanha importância, que se não comprehende uma escola *ménagère* sem ter anexa uma escola maternal.

Para esse fim criámos muito recentemente uma escola anexa deste género, onde vão diariamente mais de 40 crianças pobres dos arredores receber a educação que suas mães lhes não podem dar.

A escola infantil está ainda em principio e por isso deixa muito a desejar. É também escalada todos os dias uma aluna, para a classe infantil, outra para a classe primária, a fim de ensinarem gymnastica, jogos, etc. Esta pratica tem a vantagem das crianças ficarem logo de principio habilitadas a fazer todos os movimentos com método educativo e hygienico, e as alunas saem desta escola com as noções sufficientes para depois educarem com consciencia a sua prole, fazendo delas entes fortes de corpo e de espirito.

Tais devem ser, pois, no meu juizo, as preoccupações daqueles que tem por missão abrir-lhes e desbravar-lhes o caminho da vida, habituando-as assim a saber viver e a ensinar a saber viver.

Lisboa, 23 de Maio de 1913.—*Adelaide Cabette*, médica.

A Direcção da Liga de Instrução aproveita a occasião de tornar público e reiterar os seus agradecimentos ao seu consócio, Dr. João Gomes de Oliveira, ao tempo pensionista do Estado na Universidade de Gand (Bélgica) e hoje distinto professor na Escola Normal do Pôrto, pelo modo como representou a Liga no *Congresso de occupações domésticas* e promoveu a apresentação dos relatórios e fotografias enviadas pela Liga e que ali foram devidamente apreciadas.

Escola de aprendizagem e oficinas para os aleijados em Charleroi

Pouco depois de na Bélgica ser promulgada, há uns dez anos, uma lei de accidentes de trabalho, surgiu por iniciativa de Mr. Pastur uma das mais belas e modelares instituições de beneficência, destinada a adaptar os aleijados e doentes a novas occupações em que pudessem ganhar a vida como antes.

Portugal já tem uma lei de accidentes de trabalho, mas nós, quanto a assistencia, perdemo-nos sempre no sentimentalismo ou nas fantasias teórico-jurídicas e raro encaramos o lado pratico e social do problema. Não é, pois, fora de propósito que a Liga de Instrução, a cuja acção indirectamente se devem já tantas obras de assis-

tência infantil, se ocupe também da pedagogia daqueles que a sorte pôs numa situação de manifesta inferioridade por motivo de desastre ou doença, para chamar a atenção sôbre o assunto.

Foi por uma série de inquéritos conscienciosos que Mr. Pastur concluiu que era, em geral, deveras precária a situação dos aleija-



Frontaria da Escola

dos pobres do seu país, pois as garantias da lei nem sempre se tornavam em realidades.

As companhias de seguros e associações mutualistas impondo a condição de ser válido para ser sócio, a impossibilidade do operário mutilado ou enfraquecido retomar a ocupação que tinha anteriormente, a dificuldade de se adaptar de pronto a novas profissões para que por ventura ainda lhe restasse intacta a capacidade, tudo concorria para que no *ménage* operário não raro entrasse a miséria.

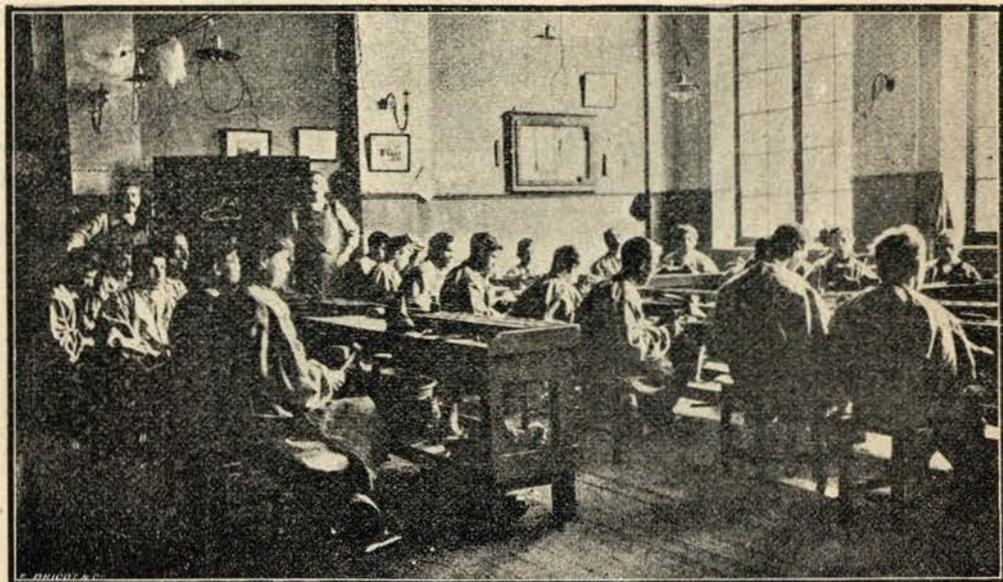
Juntando a estes os aleijados de nascença e vítimas de várias doenças, viu-se que eram numerosos os infelizes cheios ainda de energia e talvez de aptidões para ganhar honradamente a sua

subsistência sem pesarem à sociedade, mas a quem só faltava o exercício, a aprendizagem, escolha e adaptação duma nova profissão suficientemente lucrativa e compatível com a sua deformidade ou deficiência.

Ora esta aprendizagem não podendo ser feita nas oficinas das fábricas nem em casa, em razão da concorrência dos sãos, só numa escola-officina especial poderia dar resultado.

Foi portanto com estas considerações que Mr. Pastur propôs ao conselho provincial que a província do Hainant fundasse uma escola onde se estudassem e valorizassem as aptidões dos aleijados e doentes que em grande parte se estavam entregando à mendicidade.

Uma comissão presidida pelo Sr. Dourlet foi encarregada de estudar a organização da obra a criar. Depois de terem visitado o



Sapataria

que de melhor no género havia na Noruega, Suécia, Dinamarca, Alemanha e França, foi finalmente fundada e logo aberta em 1908 a Escola de Charleroi, que nós pouco depois tivemos ocasião de visitar, e que de progresso em progresso se podia ultimamente considerar como modelar.

Por ser um exemplo digno de se seguir entre nós parece-nos interessante apresentar alguns dados sobre a sua organização e funcionamento.

As condições de admissão na escola são as seguintes :

- 1.º Ser aleijado, ou pelo menos em condição de inferioridade física;
- 2.º Ser belga e habitar a província pelo menos há 6 meses;
- 3.º Ter pelo menos 13 anos de idade;
- 4.º Apresentar atestado de bom comportamento.

Um exame de médico especialista designa o ofício que melhor convirá ao candidato. Uma oficina de ortopedia funcionando na escola facilita qualquer adaptação. A qualquer aleijado, por muito grave que seja a sua deformidade ou mutilação, é-lhe sempre enghosamente destinado trabalho.

O operário representado em duas gravuras que publicamos é um dos exemplos que mais impressiona todos os visitantes. Tendo perdido as duas mãos numa engrenagem é hoje escoveiro; foram-lhe adaptados nos cotos por meio de mangas de coiro, com atacadores: dum lado um íman para agarrar os pregos, no outro uma massa de ferro funcionando de martelo. Com o auxílio dèstes apa-



Oficina de vimes

relhos e ajudando-se também com os pés, êste homem, que denota uma grande habilidade e energia, consegue na fabricação de escôvas tirar, sem favor, remuneração equivalente à do seu anterior emprêgo.

A maior parte das escolas-officinas dèste género, noutros países, tem internatos anexos. Em Charleroi, porém, considerando-se os seus inconvenientes e a relativa facilidade de comunicações do país, suprimiu-se o internato e resolveu-se o caso dos alunos distantes por um processo verdadeiramente moderno e mais humano, procurando conservar aos alunos todas as vantagens da vida de família. Para isso, escolheram-se famílias duma perfeita moralidade, no seio das quais os colocaram para diariamente virem frequentar a Escola. Êste processo tem dado os melhores resultados.

Toda esta obra é sustentada pelo produto do trabalho dos alunos e pelos subsídios dos industriais, municípios, comissões de beneficência, dádivas, etc.

A Escola foi aberta com os seguintes cursos e oficinas :

Sapataria ;
Cartonagem — encadernação ;
Correeiro ;
Alfaiataria ;
Obras de vime e capachos ;
Contabilidade.

Mais tarde foram instaladas ainda :

Oficina de escoveiro ;
Oficina de material ortopédico.

Os aprendizes em geral são colocados de entrada, como observa-



Alfaiataria

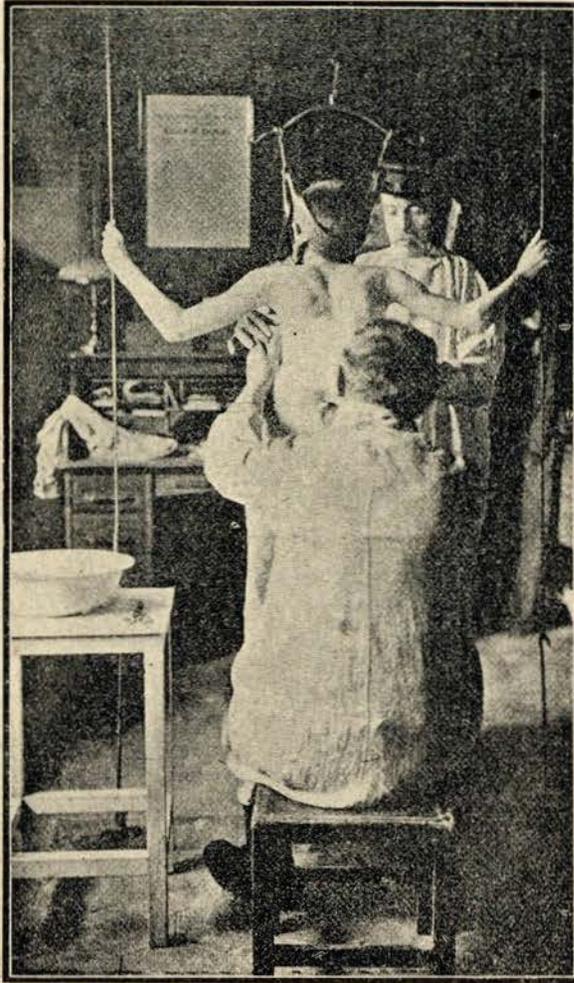
ção, nas oficinas de escôvas e capachos e só depois de se poderem determinar as suas aptidões é que passam a officio mais lucrativo.

As oficinas funcionam das 8 horas da manhã às 5 da tarde, com uma hora de suspensão ao meio dia, mas há bastantes aleijados que por prescrição médica trabalham muito menos das 8 horas.

O aprendiz, logo que durante um mês mostre assiduidade ao trabalho, começa a receber um salário cujo valor depende do trabalho produzido ou pelo menos do esforço feito para o realizar, variando de 50 cêntimos a 2,50 francos por dia, ao que há a juntar os benefícios duma cantina que lhes fornece gratuitamente duas refeições.

Aqueles a quem a falta de conhecimentos e instrução prejudique o progresso nas oficinas, é dada diariamente uma aula de duas horas sobre assuntos de instrução primária e moral.

Em 1911h avia uma freqüência de 107 aleijados assim classificados :



Ortopedia

- 4 com amputação de um membro superior.
- 14 com amputação de um membro inferior.
- 21 com fracturas diversas determinando uma incapacidade séria e permanente.
- 17 osteítes, artrites.
- 5 amputação de 3 dedos pelo menos.
- 7 com falta de movimento de um lado do corpo.
- 8 com desvios importantes da coluna vertebral.
- 14 afecções dos centros nervosos.
- 2 aleijados dos pés.
- 2 perturbações funcionais das mãos em consequência de cicatrizes viciosas.
- 13 afecções graves da vista.

Perto de 40 por cento foram vítimas de acidentes de trabalho; 10 por cento são mutilados em consequência de acidentes ocorridos fora do trabalho; o resto compreende os aleijados de nascença ou doentes por causas diversas, doenças infecciosas, raquitismo, etc.

Logo que estes aprendizes adquiram os conhecimentos práticos necessários para se estabelecerem ou colocar é a própria comissão



Operário com as mãos amputadas

administrativa da Escola que ajuda os operários aleijados a procurar um emprêgo em condições razoáveis.

Em Portugal, afóra os institutos de cegos e surdos-mudos, bem escassos para o grande número dêsses infelizes, não se tem procurado proporcionar trabalho nem meio de se instruírem aos pobres aleijados ou anormais de qualquer espécie.

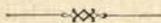
Uma obra semelhante à que acabamos de descrever viria no



O mesmo fabricando escôvas

nosso meio prestar enormes serviços e preencher uma grande lacuna nos serviços duma assistência racional e bem orientada.

A. Lemos.



O que convêm não esquecer

Sendo o principal fim da Liga de Instrução promover por todos os meios a difusão da instrução e educação no povo português, não lhe podem ser indiferentes os dados estatísticos sôbre êsses assuntos.

Do muito que há ainda a fazer em Portugal neste campo são a prova os seguintes extractos de publicações recentes.

Ministério das Finanças.— Direcção Geral de Estatística.— Fôlha de divulgação n.º 1.

«Note-se bem que a Espanha tem um progresso quási igual ao dôbro do nosso.

Não pode haver hesitações quanto à necessidade de combater intensivamente o analfabetismo em Portugal.

É indispensável que todos se empenhem nessa campanha abençoada.

Tenhamos presente o que da Noruega nos responderam ao inquérito que fizemos: *Toda a gente na Noruega sabe ler e escrever.*

Não esqueçamos também que na Dinamarca sucedeu em 1910 este facto consolador: em 11:450 recrutadas que entraram nas fileiras nem um só era analfabeto».

Da *Grei*, de Ezequiel de Campos, pp. 272 e 273:

.....
 «Desenganemo-nos que os povos valem o que vale a aplicação da sua gente na utilização das riquezas do seu território. *A grei é o valor primordial duma nação*, a causa eficiente de toda a riqueza que precisa fixar-se no solo nacional, sob pena do avanço dos outros povos à custa das energias emigradas, e duma esterilização que mais tarde ou cedo redundará numa expoliação.

A conclusão justa a tirar d'este balanço que fizemos à nossa demografia, mostra que não podemos continuar a deixar à mercê duma evolução desleixada a vida nacional. É necessário que haja uma vontade sincera e inteligente de debelar a actual crise portuguesa e que essa vontade vá, «sendo preciso até a resolução inabalável de impôr ao Estado novas regras de pensar e outras normas de proceder».

O difícil é encontrar donde há-de vir essa imposição de novo modo de vida.

Emfim, a situação é esta: 75 por cento de analfabetos, que mal podemos contar no rol de gente, porque não se compreende um homem do nosso tempo que não saiba, e não use proficuamente ler, escrever e contar. Da quarta parte restante da nossa população da península, metade não faz, nem fez uso, nem tira nenhum proveito da prenda de saber ler, podendo passar sem escrúpulo ao grande rol dos analfabetos. Dessa oitava parte restante de gente habituada ao *A B C*, metade, pelo menos, ou é bacharel—e por isso, em regra, inútil, quando não prejudicial à grei—ou é militar, ou burocrata, ou indiferente e estéril ao progresso nacional; e, por favor de apreciação, podemos meter neste grupo quasi todos os políticos que, valha a verdade, tem-na feito boa no outro e neste regime.

Fica aproximadamente a última décima sexta parte da população portuguesa como capaz de contribuir para a remodelação da vida nacional; quando muito umas 350:000 pessoas.

¿Poderão elas abafar as loas dos saltimbancos políticos?

¿A Grei fará surgir uma *elite* orientadora e governativa?

¿A massa do povo gerará os homens do trabalho moderno que rapidamente infundam no país o desmembramento da falange dirigente dos letrados falidos?

Já dizia o poeta pela bôca do velho do Restelo:

—¿Misera sorte! ¿Estranha condição!»

O ensino dos trabalhos manuais educativos em Portugal

Variada tem sido a orientação que neste ramo se tem seguido em Portugal e que últimamente se tem desenvolvido e praticado em diferentes escolas primárias e secundárias.

Como a acção do Estado, pelas escolas normais ou cursos especiais, até agora tem sido quasi nula, há uma grande falta de unidade neste ensino. Uns cingem-se a qualquer molde estrangeiro, outros seguem um critério individual nem sempre autorizado com a sufficiente preparação pedagógica da especialidade; mas todos fazendo um trabalho desordenado, aliás por vezes entusiasta, sincero, mas a meu ver muitas vezes mais prejudicial que útil em obra de conjunto.

É preciso, primeiro que, tudo estudarem-se e fixarem-se as bases em que devem assentar êsses trabalhos para que produzam em Portugal os resultados que a pedagogia moderna lhes attribui, depois, fazer-se um bom ensino normal, e espalhar-se por todo o país mas sob um plano uniforme e o mais adaptado possível às diversas regiões e necessidades de ensino.

Foi nesta ordem de ideas que, discutindo-se numa das sessões da Liga o assunto trabalhos manuais, apresentei o seguinte projecto de inquérito a fazer pelo país e dirigido a professores, médicos, industriais, amigos da instrução, etc.

Com os dados fornecidos pelas respostas, com o conhecimento do que se tem feito pelo estrangeiro, por experiências a fazer com as nossas crianças e pelo estudo da sua psicologia, teríamos então elementos suficientes para obtermos as necessárias bases em que devem assentar os programas e ensino dos trabalhos manuais escolares em Portugal.

Inquérito

1.º ¿Quais são as occupaões manuais caseiras mais vulgares entre a gente do povo dessa região? ¿Nelas se occupam mais os homens, as mulheres ou as crianças?

2.º ¿Os objectos confeccionados isoladamente pelo povo daí, que fim julga terem geralmente? ¿Lucrativo, de utilidade doméstica ou são de simples passatempo?

3.º ¿Que ferramentas e materiais são empregados? (¿ simples faca ou canivete e madeiras ou metais que casualmente, para outros usos tenham em casa), ou utilizam o ferramental do operário especializado e materiais procurados no mercado especialmente para êsse fim?

4.º ¿Occupam nesse trabalho as horas vivas do dia ou simplesmente os seus ócios ou tempos impróprios para outros trabalhos habituais?

5.º ¿Julga V. Ex.^a os trabalhos aí feitos exclusivos e originários dessa terra ou foram importados de outra ou mesmo do estrangeiro?

6.º ; Julga V. Ex.ª que êsses trabalhos são tradicionais nessa região ou de recente importação?

7.º ; Êsses trabalhos caseiros são peculiares a certas épocas, coincidindo com a menor actividade forçada doutras occupaões (lavoura, pesca, etc.) ou fazem duma maneira continua?

8.º ; São geralmente êsses trabalhos ornamentados (com desenhos originaes ou cópias) coloridos e envernizados para lhes aumentar o valor artistico ou sofrem essas operaões para lhes garantir a conservação?

9.º ; Conhece V. Ex.ª industriais, mestres de obras, chefes de officina ou de trabalhos agricolas que se queixem das deficiências dos seus officiaes e aprendizes? Quais essas deficiências?

10.º ; Que aptidão manual julga V. Ex.ª mais conveniente que possuam as crianças, e portanto os homens dessa região, atendendo às suas aptidões e necessidades ou indústrias locais futuras ou prováveis modos de vida, ou ainda qual a de mais agrado dos pais e, em geral, dessa população rural?

11.º ; Acha V. Ex.ª que alguma cousa se conseguiria para o bem estar dessas populaões ou para a riqueza nacional com uma orientação mais racional, scientifica ou artistica que valorizasse as aptidões manifestadas nesses trabalhos?

12.º ; É grande a percentagem de emigrantes dessa terra? ; Em geral, qual a occupaão que tinham antes de emigrar? ; Em que consta a V. Ex.ª se occupam geralmente depois? ; É vaga a aspiraão do emigrante nas suas futuras occupaões? ; Em caso contrario qual a aspiraão dominante?

13.º Consideraões particulares que V. Ex.ª julgue conveniente acrescentar.

Isto é um simples esboço do que na occasião me ocorreu.

Aos que se interessam por êste movimento dos trabalhos manuaes cabe, pois, estudar o assunto, apresentar ideas a que a Liga gostosamente dará publicidade no seu *Arquivo*, e assim concorrerá para a resoluão de mais um problema da Escola Portuguesa.

A. Lemos.

MAPAS

LIGA NACIONAL

Curso de aper

Escola da Federação Operária

Número de ordem	Nome	Idade
1	Adelino da Costa	16
2	José Augusto de Andrade.	16
3	Joaquim Paradela	46
4	Adelino Patrício Júnior.	15
5	João Monteiro.	14
6	Perpétua Pinheiro	15
7	José Parreira	21
8	Armando Lopes Monteiro.	14
9	Augusto Correia.	25
10	Clotilde Ferreira.	17
11	Lúisa Campos Viegas	16
12	Frederico Costa Rito.	20
13	João Augusto Sérgio.	14
14	Vitor H. Cardoso.	29
15	Adelino Fernandes.	22
16	Júlio Rodrigues Bico.	22
17	José Domingos	16
18	António Abel Gomes	17
19	Jerónimo Gil	42
20	Joaquim Gil.	14

DE INSTRUÇÃO

feioamento

Professora, Inês Peres de Figueiredo e Rito

Profissão	Data da matrícula	Abril — Dias lectivos 20		Maio — Dias lectivos 15		Junho — Dias lectivos 13	
		Faltas	Aprovei- tamento	Faltas	Aprovei- tamento	Faltas	Aprovei- tamento
Aprendiz de marceneiro	2-1-915	8	10	14	-	10	-
Aprendiz de pintor	2-12-914	2	17	8	10	13	-
Calceteiro.	3-12-914	1	15	7	14	10	-
Aprendiz de marceneiro	3-10-914	6	10	3	14	6	10
Aprendiz de pedreiro.	5-11-914	10	10	1	14	6	10
Costureira.	14-10-914	10	9	13	-	13	-
Sapateiro	28-10-914	16	15	4	14	13	-
Carpinteiro	22-1-915	6	14	4	10	9	9
Pintor	22-1-915	4	10	4	14	10	-
Doméstica.	20-10-914	2	10	3	12	2	10
Aprendiza de alfaiate	3-1-915	15	10	7	10	12	-
Calceteiro	15-10-914	-	15	7	14	10	-
Aprendiz de marceneiro	17-5-915	15	-	13	14	9	10
Estofador	3-5-915	2	14	8	14	8	10
Oleiro.	12-11-914	4	10	5	10	5	10
Aprendiz de construção naval	11-2-915	5	14	6	10	13	-
Aprendiz de electricista	14-4-915	1	-	7	10	10	-
Impressor	26-4-915	1	9	10	10	5	10
Empregado na Alfândega.	26-4-915	-	10	1	15	2	14
Aprendiz de marceneiro	7-5-915	-	10	4	14	4	12
Média do curso		-	-	-	-	-	-

LIGA NACIONAL DE INSTRUÇÃO

Curso de aperfeiçoamento

Escola do Centro Alexandre Braga

Número de ordem	Nomes	Idade
1	Artur Adelino Ferreira	14
2	José Maria da Silva	12
3	Adelaide Pereira	12
4	Augusto Fernandes	23
5	José Pereira Santos	16
6	Pedro de Almeida	17
7	Maria Eugénia	11
8	António Gomes Lemos	16
9	Augusto Marques	17
10	José Correia Silva	37
11	Carlos Costa	23
12	Isidoro Costa	18
13	José Penedo	22
14	Alfredo Gomes	20
15	Judite Alves	12

Professora, Deolinda Augusta de Oliveira

Profissão	Data da matrícula	Abril Dias lectivos 20		Maio Dias lectivos 17		Junho Dias lectivos 22	
		Faltas	Aprovei- tamento	Faltas	Aprovei- tamento	Faltas	Aprovei- tamento
		Pautador	4-1-915	5	15	2	14
Aprendiz	4-1-915	2	15	-	10	5	10
Doméstica	18-1-915	2	15	-	12	3	12
Carvoeiro	25-1-915	6	15	1	14	-	14
Vendedor	17-2-915	-	18	-	14	12	14
Serralheiro	23-2-915	3	15	6	12	22	-
Doméstica	4-1-915	-	10	-	10	-	10
Funileiro	1-4-915	-	18	-	20	-	20
Polidor	7-4-915	-	14	-	14	5	14
Trabalhador	4-5-915	-	-	2	15	5	15
Servente	4-5-915	-	-	-	14	-	14
Servente	4-5-915	-	-	-	14	-	14
Servente	4-5-915	-	-	6	10	1	10
Servente	4-5-915	-	-	4	12	1	12
Doméstica	4-5-915	-	-	-	10	1	10
Média do curso		-	-	10	14	9	14

LIGA NACIONAL

Curso de aper

Escola do Centro Escolar Miguel Bombarda

Número de ordem	Nomes	Idade
1	António Gomes Pratas	15
2	Henrique Mateus	11
3	Augusto da Conceição Paz	14
4	Albino Gomes	12
5	Jacinto Nunes	13
6	Manuel Fialho Ribeiro Frio	13
7	José Francisco da Paz	16
8	Silvério Cotrim (a)	17
9	José Marques	12
10	Daniel Gaspar	10
11	Francisco Gomes	13
12	Artur Maria	18
13	José dos Santos Reixa	12
14	Manuel Vieira Nobre	20
15	Jaime Alves	13
16	Joaquim Gaspar	12
17	António Joaquim Costa	14
18	Joaquim Fernandes	11
19	Jaime da Silva	13
20	Francisco Duarte	15

(a) Fez exame do 1.º grau ficando aprovado.

DE INSTRUÇÃO

feioamento

Professora, Albertina de Jesus Lourenço

Profissão	Data da matrícula	Abril		Maio		Junho	
		Dias lectivos 19		Dias lectivos 17		Dias lectivos 22	
		Faltas	Aprovei- tamento	Faltas	Aprovei- tamento	Faltas	Aprovei- tamento
Empregado no comércio	20-10-914	11	12	17	-	22	-
Jornaleiro	20-10-914	19	-	3	10	-	10,5
Vendedor de cautelas	2-11-914	7	10	14	-	7	11
Não tem emprêgo	14-12-914	19	-	9	10	3	10
Empregado	15-12-914	12	10	15	-	9	10
Funileiro	15-12-914	4	10	2	11	3	11
Carpinteiro de automóveis	26-12-914	11	10	17	-	22	-
Operário	4-1-915	2	14	-	15	2	18
Sapateiro	4-1-915	19	-	11	10	22	-
Sapateiro	11-1-915	2	11	1	13	6	14
Serralheiro	15-1-915	13	-	8	10	3	11
Trabalhador	18-1-915	12	12	8	15	21	-
Polidor	18-1-915	7	10	2	10,5	4	11
Criado	28-1-915	-	11	5	13	16	13,5
Vendedor de castanhas	29-1-915	5	10	11	10	6	11
Canteiro	3-2-915	5	14	3	15	16	15
Não tem emprêgo	2-3-915	1	11	11	12	22	-
Não tem emprêgo	9-3-915	2	9	4	10	6	10,5
Vendedor de cautelas	24-3-915	6	9	9	12	6	10,5
Caixeiro	6-4-915	4	10	5	10	7	11
Média do curso		-	-	-	-	-	-

Publicações recebidas ultimamente

Anuário da Casa Pia de Lisboa.— Ano económico de 1912-1913.

Boletim de Propaganda da Associação de Escolas Móveis (1913-1914).

Boletim mensal da Universidade Livre.

Canto Coral (O) nas Escolas, por Tomás Borba.— Lisboa, 1913.

Ensino (O) Profissional. Elementos para a sua reorganização, por D. João Sebastião Pessanha.— Lisboa, 1914.

Museus Escolares, por Fernando Palyart Pinto Ferreira.— Lisboa, 1914.

Opiniões Pedagógicas. Exposição apresentada ao concurso para professor primário da Casa Pia de Lisboa, por Fernando Palyart Pinto Ferreira.— Lisboa, 1914.

Relatório e contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal do Ateneu Comercial de Lisboa. Gerência de 1912-1193.

Relatórios sôbre os serviços prestados nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915, em Lisboa e Pôrto, pela Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

Revista de Educação (vários números), 1915.

Revista de Guimarães. Publicação da Sociedade Martins Sarmento.

Publicações do Ministério das Finanças.— Direcção Geral da Estatística:

Analfabetismo em Portugal.

Anuário Estatístico de Portugal.

Anuário de Contribuições Directas.

Boletim Comercial e Marítimo.

Censo da População.

Emigração Portuguesa.

Estatística Agrícola.

Estatística do Comércio e Navegação.